

SELETA

EPÍLOGO MELANCÓLICO

Tobias MONTEIRO

(Com este título, transcrevemos a parte final do capítulo com que o historiador focalizado neste número concluiu sua obra sobre o **Primeiro Reinado**).

Nem sempre o braço que conduz as revoluções é capaz de organizar e construir. Sobre o chão, onde se amontoam as ruínas da ordem destruída, continua sem cessar a luta pela realização das aspirações e dos princípios novos. Aquelas e estes eram aqui a Independência, a ruptura definitiva e irreparável com a antiga metrópole, e ainda o funcionamento regular do regime representativo pela harmonia entre os poderes do Estado.

Durante todo o reinado, a questão capital era a Independência: todas as demais que foram surgindo lhe ficaram presas: a natureza da Constituição, a sucessão da coroa portuguesa, o funcionamento do governo representativo. A união do povo com o soberano repousava sobre esta base, que não podia oscilar, de cuja firmeza não era lícito duvidar. Da mesma espécie fora a sua união com Vergueiro, constante até à última hora, a hora das desconfianças mais acerbas, e com José Clemente, até ser envolvido nas mesmas suspeitas que envolveram o Imperador. Não era propriamente o espírito monárquico que ligava o povo ao príncipe; era a sua adesão à causa brasileira, o seu rompimento com Portugal. O espírito monárquico das nações supre aos reis escolhidos a condição de nascimento; eles podem provir de qualquer parte, porque procedem de Deus e, portanto, não podem trair os povos a quem ele os destina. No Brasil, porém, só havia espírito nacional.

Todos os perigos, agravados pela imaginação pública, desapareceram apenas foi posto no trono um imperador brasileiro. Pouco importava que tivesse cinco anos; era a sua ligação à terra que salvava a Coroa e prolongava a Monarquia.

Não conseguindo desprender-se de Portugal e intervindo a fundo nos seus negócios, D. Pedro perturbou a tranqüilidade brasileira em relação à Independência; dissolvendo a Assembléia constituinte e resistindo às pretensões da Câmara, o Imperador deixou suspeitarem-lhe da sinceridade constitucional. Uma e outra das suas faltas eram devidas à fatalidade do nascimento, aos deveres do dinasta e às deficiências da educação do príncipe.

A “loucura”, entrevista pelo Dr. Casanova, veio a tornar-se elemento preciosíssimo para alcançar-se a independência do Brasil. Sem ela o destino do país teria sido muito incerto, a luta por travar longa e sanguinolenta, a unidade nacional duvidosa. Nem sempre os lances de tal “loucura” presidiram à obra, a que se opunham elementos poderosíssimos. Quando foi preciso transigir e esperar, D. Pedro antes procedeu com o temor e a astúcia de D. João VI do que com o histerismo de Carlota Joaquina. Sujeitando-se a princípio aos pronunciamentos militares, esperou a oportunidade de sufocá-los e fazer-se senhor da disciplina. De então em diante a tropa foi-lhe ficando nas mãos e a autoridade da Regência revigorando-se por toda parte onde a ação de sua presença pôde chegar, em São Paulo e Minas. Mas as províncias importantes do norte eram elementos dispersivos ou hostis: Pernambuco agitado e vacilante, quando Gervásio Pires Ferreira jogava com o pau de dois bicos, conforme José Bonifácio dizia; Bahia, Maranhão e Pará, voltados para Lisboa, dominados pelas guarnições portuguesas, fiéis às ordens das Cortes. Depois a primeira delas conservou-se fria quando a sua vizinha revolucionava-se.

O regime das capitánias não fora propício a formar um núcleo de atração política, para o qual todo o país se sentisse atraído. O centro de atração era antes Lisboa. A experiência do governador geral Tomé de Souza na Bahia sem demora converteu-se em malogro. O sentimento nacional estava criado; mas era constituído pelos instintos da sub-raça em formação, pelos próprios habitantes de procedência europeia, desiludidos da volta ao velho mundo e profundamente radicados ao novo solo. Foram esses elementos que, sem auxílio de Portugal, repeliram todos os invasores, libertaram o norte da dominação holandesa e evitaram a quebra da unidade nacional tentada pela “república do Equador”. Havia homogeneidade dessa natureza, mas não havia identidade de aspiração política. As províncias ignoravam-se e dir-se-iam ainda as velhas capitánias, dominadas pelos sucessores dos

donatários. As distâncias isolavam-nas e deixavam-nas entregues à sua vida própria, minada pela violência das facções. Esse espírito provincial tão vivaz tendia antes a separá-las que a uní-las. Daí, às vésperas da abdicação, a palavras federal e federalismo serem sinônimos de liberdade.

A fortuita e inesperada mudança da Corte para o Brasil foi o maior passo dado em favor da concentração política. A Coroa vinha completar a obra da conquista, revelar à nação, já formada, a consciência dos seus destinos comuns, estimular-lhe as energias, que haveriam de solidificar os elementos diluídos no meio dispersivo, onde as províncias vagavam. A reação das Cortes deixou entrever quanto era frouxo o laço que parecia prendê-las. A Independência poderia ser tentada com a federação contra a Coroa, mas justamente ainda faltava, como faltava ao Prata, o nexó político só mais tarde logrado por obra da concentração monárquica: de sorte que a tentativa tenderia a acarretar o desmembramento das províncias algumas das quais inclinadas a Lisboa e fiéis ao Soberano.

Ainda que o Príncipe tivesse partido para Portugal, quaisquer tentativas de Independência encontrariam em todos esses elementos formidável oposição para vencer. A revolução estava feita nos espíritos, mas as revoluções só se realizam com o concurso de um braço executor. Os homens de pensamento desencadeiam na esfera das consciências as idéias novas de reivindicações, agitam sentimentos, desenvolvem paixões; mas não se empreende a ação violenta, para destruir a ordem estabelecida, sem surgir o chefe capaz de agremiar e conduzir as forças dispersas, irmanadas pela identidade moral de aspirações e intuítos, porém separadas por falta de um laço de união física, de ação pessoal, coordenadora e motora. D. Pedro era o braço mais próximo e eficaz.

Havia mais de dez anos a lição do Continente estava mostrando aos corifeus da Independência quão rude seria a tarefa por empreender, sem o concurso do próprio Regente. Ele era o poder permanente e estável, que se tornaria, ao mesmo tempo, o centro de organização das forças brasileiras e o centro de atração dos elementos portugueses, inclinados a preferir a parte da nação a destacar-se do Reino-Unido. As dissenções existentes e irreconciliáveis que se desenvolviam entre o grupo de José Clemente e de Ledo e o grupo dos Andradas, bem como a desagregação de províncias poderosas, dominadas por facções locais, teriam espalhado a praga da caudilhagem, já trazendo a organização política das regiões do país, que proclamassem a Independência, já aumentando o desvio das que optavam pela união com Portugal, desde a revolução promovida pelas Cortes. Ter-se-ia reproduzido no Brasil o problema das províncias argentinas,

consumindo cerca de meio século num combate desesperado para conseguirem a unidade nacional, que a ambição dos caudilhos e o espírito separatista não deixavam atingir.

No Prata essa unidade tinha a seu favor a geografia do país, dominado pelo estuário do grande rio, em cuja boca, disputando a chave da confederação por formar, Buenos Aires era o centro natural e propício a um governo central. O Brasil, ao contrário, era uma enorme fachada, voltada para o mar, sobre o qual se abriam todas as suas portas de entrada, acessíveis à reação portuguesa e às revoluções que a separação promovesse.

(História do Império. O Primeiro Reinado, tomo II: 361-364. Rio de Janeiro, Briguiet, 1946).